

Clubes Carnavaleros Afrobrasileños en Pelotas: La Memoria más allá de la Samba

Beatriz Ana Loner and Lorena Almeida Gill, Universidade Federal de Pelotas

Este artigo descreve e analisa os clubes carnavalescos negros fundados e sediados na cidade de Pelotas, Brasil, desde as primeiras décadas do século XX e que tiveram grande importância na sociedade, especialmente desde que proporcionaram a Pelotas o título de melhor carnaval de rua do Estado do Rio Grande do Sul. Este “paper” pretende narrar a história dos clubes carnavalescos entre as décadas de 1930 e 1950, o período de pico do carnaval de rua e dos clubes, como o Fica Aí Para ir Dizendo, clube de elite em contraste com os outros, como o Chove não molha. Nosso interesse é aprofundar a discussão das regras sociais, dos diferentes comportamentos e condutas esperadas de seus membros, dentro e fora do clube, bem como o modelo de comportamento exigido pela comunidade pelotense.

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa sobre os clubes carnavalescos negros da cidade de Pelotas¹, no qual se trabalhou com documentos escritos, especialmente atas e jornais e com história oral temática, realizando encontros com pessoas que tiveram diferentes vivências relacionadas a estas associações, como sócios, dirigentes ou apenas membros participantes. A perspectiva foi a de construir narrativas, a partir do proposto por Alberti: “O trabalho com história oral consiste na gravação de entrevistas com atores e/ou testemunhas de acontecimentos, conjunturas, movimentos, instituições e modos de vida da história contemporânea. Um de seus principais alicerces é a *narrativa*. Um acontecimento ou uma situação vivida pelo entrevistado não pode ser transmitido a outrem sem que seja narrado”.²

Pretende-se historiar a presença dos clubes negros no carnaval pelotense nas décadas de 1930 a 1950, período de auge dos cordões e do carnaval de rua e, posteriormente, analisar os clubes *Fica Aí para ir dizendo* e o *Chove não molha*, as duas únicas sociedades ainda existentes na atualidade. O foco de análise serão as suas regras e etiquetas de comportamento interno, bem como as reações de seus sócios ao controle associativo. Interessa especialmente a diferenciação entre o comportamento esperado segundo o gênero e a submissão aos processos ideológicos que marcaram a inserção do

¹O projeto de pesquisa, que foi desenvolvido entre os anos de 2003 e 2005, com apoio do CNPq, contou com a participação de alunas de História: Fernanda Oliveira, Marcelle dos Santos, Caroline Meggiato, Juliana Cabistany, Débora Clasen e Viviani Tavares. Foram colhidos dez depoimentos que estão sob a guarda do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel, entidade na qual atuaram as bolsistas e voluntárias.

² Verena Alberti, *Ouvir Contar*. Textos em História Oral (Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004), 77.

negro na sociedade brasileira, tais como a “ideologia do branqueamento” e o mito da democracia racial, os quais vão merecer atenção especial, no sentido de apreender como a comunidade urbana negra de Pelotas elaborava internamente sua compreensão destes processos.

Os africanos e seus descendentes foram levados para o território do atual estado brasileiro — Rio Grande do Sul — desde o início de sua colonização pelos portugueses, para trabalhar nas cidades e estâncias da região, como escravizados. Nessa condição, foram empregados nos mais diferentes serviços, realizando praticamente todo o trabalho manual, sendo que na área rural atuavam como campeiros, capinadores e peões ou auxiliando no deslocamento das tropas de gado; e nas cidades como trabalhadores domésticos, artesãos especializados ou vendedores de diversos produtos. Em Pelotas, cidade que se notabilizou no período imperial (1822/1889) pela produção de charque foram empregados inclusive em manufaturas (de charque, chapéus, curtimento de peles) e outras ocupações, contribuindo para a riqueza daquela região.

Após a abolição da escravidão (1888), a população afro-descendente constituía 33% da população pelotense urbana e a maioria destes trabalhadores permaneceu na região, dando origem a uma comunidade negra urbana razoavelmente integrada na sociedade da República, que se constituiu logo a seguir (1889) no Brasil. Em 1920, Pelotas era uma cidade populosa para os padrões do Estado, contando com 45.000 pessoas na zona urbana, mas o percentual de população negra para todo o município havia baixado para cerca de 15%.³ Na década de 1940 o núcleo urbano de Pelotas tinha uma população de cerca de 60.000 pessoas, a maioria dedicada a atividades fabris ou comerciais.

Os participantes das comunidades urbanas negras, especialmente aqueles que conseguiram ter uma formação especializada, como artesãos, ainda durante o período imperial, foram fundamentais na organização étnica afro-brasileira, fundando e participando de associações religiosas católicas e beneficentes ou mutualistas, nos últimos anos do império. No estado gaúcho e particularmente em cidades como Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, o desenvolvimento de sociedades beneficentes e recreativas negras foi importante e se manteve durante a chamada Primeira República (1889-1930). Para Porto Alegre foram inventariadas cerca de 62 entidades negras e mais algumas mistas;⁴ em Pelotas encontrou-se um número próximo a 77, enquanto que em Rio Grande havia quase 30 associações no mesmo período.⁵

Essa grande variedade de associações correspondia às necessidades das comunidades negras urbanas, visto que, após a abolição da escravatura o

³ Beatriz Loner, *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)* (Pelotas: EdUFPEL, 2001).

⁴ Liane Muller, “*As contas do meu rosário são balas de artilharia – irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920*” (Porto Alegre, Mestrado em História, PUC-RS, 1999).

⁵ Loner, *Construção*.

preconceito racial, vinculado especialmente à tonalidade da cor da pele se acentuou e terminou por condicionar as possibilidades de ascensão social e melhoria da qualidade de vida das famílias negras. Na capital do estado, Porto Alegre, e em Pelotas, descobriu-se a formação de redes associativas negras que tentavam compensar para seus integrantes as dificuldades sociais e educacionais, provocadas pela discriminação racial e social das quais eram alvo privilegiado. As comunidades terminaram por se agregar em uma rede associativa exclusiva, formada, em parte, por uma forte entidade beneficente, que acolhia e auxiliava as novas associações que iam sendo criadas, compartilhando suas sedes e seus sócios e contribuindo para a diversificação associativa, além de se empenhar, embora infrutiferamente, em propiciar aulas e dar acesso ao ensino para a população negra, discriminada nas escolas públicas e sem dinheiro para cursar escolas privadas. Dessa forma, a rede associativa negra cumpriu importante fator de integração e agregação do grupo, além de sociabilizar seus jovens dentro de hábitos culturais e práticas próprias, criando um ambiente acolhedor e exclusivo para esta fração, necessário devido ao preconceito racial vigorante na sociedade.

Sob a perspectiva deste estudo, compreende-se a população afro-descendente brasileira como pertencente à “raça” negra, tal como explicitado por Guimarães,⁶ que entende raça como um critério ao mesmo tempo antropológico e social, na medida em que, no Brasil, a discriminação racial incorpora características tanto da cor da pele e traços fisionômicos de cada indivíduo quanto outros componentes que decorrem da classe, poder político, financeiro, individual e familiar. Contudo, também vai se utilizar as expressões *comunidade*, para falar do grupo negro urbano pelotense, integrado através de suas associações e *grupo étnico*, para significar as relações e diferenciações entre os negros e as demais nacionalidades/etnias da sociedade brasileira particularmente fortes naquele período inicial da República.

A discriminação era mais forte quanto mais implicava em relações de convivência familiar e pessoal como sociedades recreativas, teatrais, carnavalescas e beneficentes, sendo menos ativa em associações profissionais ou de representação de categorias, bem como nas meramente mutualistas, cujo convívio entre os sócios era praticamente inexistente.

Se no início do século XX, praticamente todos os grupos étnicos instalados no Brasil sentiram necessidade de desenvolver uma rede associativa, de maior ou menor proporção, de acordo com a cidade, tamanho do grupo e seu grau de organização, com o tempo, poderosas forças de atração começaram a atuar no sentido de incorporar a maioria dos grupos étnicos, especialmente quanto aos seus membros mais jovens ou nascidos no Brasil, dentro da sociedade nacional, o que foi acontecendo ao longo da segunda e terceira geração. Dessa forma, a necessidade e a própria continuidade das redes associativas foi sendo enfraquecida e a maioria desapareceu. Algumas funções, como as atividades previdenciárias e de saúde, antes extremamente

⁶ Antonio Guimarães, *Classes, raça e democracia* (São Paulo: Ed.34, 2002).

importantes, terminaram sendo assumidas pelo Estado, especialmente a partir de 1930. O próprio desenvolvimento tecnológico, com o advento do rádio e do cinema, bem como da música mecânica, fizeram com que deixassem de existir associações como bandas e grupos teatrais amadores, enquanto as irmandades perderam muitos de seus fiéis. Um grande fator de preservação cultural étnica seriam as escolas, mas estas só tiveram pleno sucesso entre os imigrantes alemães, enquanto que os demais grupos europeus dificilmente conseguiram organização suficiente para sua manutenção por longo tempo.

Quanto aos negros, a falta de recursos financeiros não lhes permitiu levar avante muitas iniciativas educacionais. Com o tempo, também as escolas públicas tiveram que aceitar crianças negras em maior número, tendo em vista a legislação que não permitia a continuidade da discriminação, em termos legais. Informalmente, entretanto, sabe-se que a discriminação continuou a ocorrer por longas décadas. Dentre os entrevistados, Flávio Alves da Costa Farias, seu Farina, como é conhecido, é um dos mais enfáticos ao abordar o preconceito contra os negros, comentando as dificuldades que passou em estudar em uma escola particular da cidade e também em ingressar no clube Regatas Pelotense, por causa de sua cor.

A rede associativa negra concentrou-se, especialmente a partir da década de 1920, nas associações carnavalescas e esportivas, formando, involuntariamente, o binômio carnaval e futebol – e de certa forma - consolidando o preconceito existente em torno de suas principais atividades recreativas. Na verdade, o fato de existirem sociedades recreativas negras apenas dedicadas ao samba e ao futebol era principalmente resultado da discriminação racial, pois jogadores e foliões afro-descendentes não eram aceitos nas associações organizadas por brancos, o que tornava necessária a manutenção e ampliação desse tipo de associações. Por seu lado, as sociedades negras mais representativas e conceituadas também costumavam não aceitar sócios brancos, para evitar brigas entre rapazes brancos e negros e também para preservar as mulheres negras do contato com rapazes brancos. As exceções ocorriam apenas quando houvesse uma família mista, como foi o caso do primeiro presidente do Cordão Carnavalesco⁷ Fica Aí para ir Dizendo, que era branco, mas casado com uma mulher negra.

Um fenômeno que chama a atenção no estudo da organização étnica negra é a importância das mulheres como articuladoras dos laços de sociabilidade e ativas participantes das entidades. Este fato já foi reconhecido em estudos para outras regiões e transparece também em relação ao estado gaúcho. Num grupo em que o homem enfrentava muita concorrência com outros trabalhadores brancos, sendo muitas vezes discriminado e não

⁷ Cordão carnavalesco é uma estrutura associativa mais flexível do que um clube e antecessora das escolas de samba no Brasil, tendo se desenvolvido no início do século XX. Compunha-se de blocos de foliões fantasiados de acordo com um determinado tema, mas com fantasias variadas dentro deste tema, tendo estandarte à frente e um acompanhamento musical ao fundo. Posteriormente, muitos destes cordões transformaram-se em clubes com sede, sócios e vida associativa durante todo o ano.

encontrando emprego, a saída era percorrer a região em busca de trabalho. Enquanto isso, a mulher negra era tradicionalmente reconhecida como doméstica ou costureira, profissões humildes, mas que terminavam sendo a fonte de receita certa no final do mês, fazendo com que elas permanecessem numa mesma localidade e transformando-as em aglutinadoras dos demais membros da família. Este tipo de atividade era reproduzida em outras esferas da vida social, criando-se entidades apenas femininas, ou então, naquelas tradicionais, havendo a figura da diretoria feminina, encarregada da organização das festas, quermesses e demais atividades de conagração. Esse grupo de mulheres que atuava juntamente com uma diretoria executiva de homens foi mencionada por todos os entrevistados do projeto.

Na década de 1920 houve o desenvolvimento muito rápido de vários clubes, blocos e cordões de carnaval negro, que desfilavam em dias diferentes dos clubes brancos. No espaço urbano de Pelotas esses ocupavam uma “esquina” apartada, junto à praça central da cidade, para sua concentração durante os festejos carnavalescos. Conhecida pela empolgação de seu carnaval, a cidade o festejava durante mais de uma semana, com atividades como bailes em salões, desfiles de clubes pelas ruas, cortejos de carros alegóricos e o vaguear de pessoas fantasiadas pelas ruas e praças durante as festividades.

Nas primeiras décadas do século 20, as principais e mais renomadas associações a desfilarem e que serviam de modelo para as demais eram os clubes brancos de classe média, Diamantinos e Brilhante, mantendo uma rivalidade marcante. Mais tarde, estes clubes se restringiram apenas ao carnaval de salão e o espaço das ruas passou a ser disputado mais fortemente pelos cordões carnavalescos, brancos e negros, que iriam manter o carnaval vivo em Pelotas pelas décadas seguintes.

No final da década de 1940, começaram a aparecer as primeiras escolas de samba, inspiradas no modelo do carnaval do Rio de Janeiro, recolhendo-se os maiores cordões (a essa altura, já com *status* de clube) aos salões e saindo para as ruas as escolas, blocos, bandas e os chamados “cordões de bichos”. Com isso, ocorreu também uma transformação cultural, sendo que, a partir de meados dos anos 1960, o carnaval das ruas não teria mais a defini-lo a questão da cor da pele, mas, sim, outras identidades consolidadas por bairro ou região suburbana.

Quanto às associações esportivas, normalmente constituíam-se de times de futebol, nucleados ao redor de uma federação esportiva negra local, que organizava campeonatos entre eles, sendo que, em Pelotas, a Federação José do Patrocínio formou-se em 1921 e terminou em meados da década de 1930. Os clubes de futebol também mantinham relações com os clubes carnavalescos, tendo sócios pertencentes a estas agremiações e realizando bailes nos salões das associações das quais eram mais próximas, embora tivessem vida associativa diferenciada.

O trabalho de Queiroz sobre São Paulo desvendou que havia íntimas relações dos times com os clubes carnavalescos, devido ao trabalho das

mulheres negras, que alinhavavam as vinculações entre eles, fazendo quermesses de sustentação dos times e compondo a equipe de apoio e sua torcida, integrando-os às redes familiares negras.⁸ Naquele tempo, vigorava o futebol “amador”, ou seja, os jogadores não eram pagos e atuavam apenas nos finais de semana ou sob licença dos empregadores. Se isso obstava um maior desenvolvimento do esporte, por outro lado o democratizava, ao permitir uma dispersão de bons jogadores em um variado conjunto de times, de bairros, fábricas ou setores da sociedade. O fato de não haver um monopólio dos jogadores de melhor qualidade dava chances reais de vitória em jogos, e permitia o crescimento de times sem muito capital. Obviamente, terminava permitindo também a predominância de jogadores vindos de famílias com bons recursos financeiros, brancos em maioria, que tinham mais tempo para treinos e atividades vinculadas aos esportes, enquanto os jogadores trabalhadores brancos ou negros ficavam à mercê dos compromissos e conveniências com os patrões, ganhando pelo seu trabalho na fábrica e não no esporte, ou jogando em times de várzea. Nesse contexto, o preconceito racial encontrou um ambiente bem adequado ao seu desenvolvimento. Por volta da metade do século, entretanto, o amadorismo foi confrontado e desarticulado, formando-se os grandes clubes brasileiros e profissionalizando-se os jogadores, entre os quais, aos poucos, os desportistas negros foram encontrando espaço.

Outra atividade muito incentivada pelos clubes eram os jogos de *ping-pong*, para adolescentes e meninas, havendo torneios interclubes e, inclusive, entre cidades próximas, especialmente dos anos 1940 em diante.

As associações carnavalescas negras

O carnaval pelotense seguia o modelo do centro do país, especialmente do Rio de Janeiro,⁹ embora tivesse características singulares, consolidando-se como o mais forte do interior do estado do Rio Grande do Sul. A participação negra nessa festa tornou-se expressiva a partir de meados da década de 1910, com a criação de clubes carnavalescos que passaram a desempenhar um importante papel como forma de agregação étnica, o que coincidiu com uma reestruturação da rede associativa desse grupo, que passou a se basear em entidades de caráter recreativo. O vigor da organização afro-descendente na região era forte, o que pode ser visualizado pela sua participação em partidos políticos na década de 1930 e na sustentação de uma das poucas associações políticas negras no Brasil dos anos 30, a Frente Negra Pelotense, que se correspondia com a Frente Negra Brasileira em São Paulo. Além disso, conseguiram manter o *Jornal A Alvorada*, único periódico negro e operário de longa duração no estado, por mais de 50 anos.

⁸ Maria Isaura Queiroz, *Carnaval brasileiro: o vivido e o mito* (São Paulo: Brasiliense, 1992).

⁹ Queiroz, *Carnaval brasileiro*.

Na década de 1930, com o relativo arrefecimento da discriminação racial no esporte, as associações esportivas negras foram abandonadas, permanecendo apenas os clubes carnavalescos e cordões, que se destacaram no período. Embora mais especializadas, estas entidades carnavalescas continuaram a cumprir o papel fundamental de integração e representação da etnia negra na cidade, diferenciando-se devido ao poder aquisitivo de seus membros (que, embora no geral fosse baixo, sempre comportava pequenas variações familiares) e nos seus níveis de exigência aos sócios.

Nessa mesma década surgiu um clube que aceitava apenas mulatos como sócios, o *Grêmio R. Democrático*, nascido em 1934, um clube de salão que não fazia desfiles na rua nem parece ter durado muito tempo. Uma entrevista com o senhor José Facundo Mira¹⁰, familiarmente chamado Tio Mira, corroborou a ideia que um clube de afro-descendentes, o *Democráticos*, fazia distinção de cor em seus salões, discriminando aqueles de cor mais escura. As críticas da comunidade negra a esta associação, embora sem citar seu nome, certamente contribuíram para abreviar sua existência.

Na periferia da cidade também surgiram associações que funcionavam como representantes de bairros e regiões periféricas da cidade, com menos luxo e menores exigências para sócios. Especialmente em regiões mais periféricas, essas associações poderiam aceitar negros e brancos em suas festas, embora se utilizassem de mecanismos de isolamento físicos para que não houvesse mistura entre os casais. Estes mecanismos poderiam incluir desde bailes em dias diferenciados, até uma corda estendida no meio do salão, separando as cores, fato também reportado em entrevistas com moradores de áreas suburbanas das cidades gaúchas. Configurando sem dúvida um mecanismo discricionário, era aceito por ambos os lados, pois também os afro-descendentes não queriam ver suas filhas ou esposas sujeitas ao contato com os homens brancos, vistos como oportunistas e mal-intencionados.

Desde o começo das associações negras recreativas, e condicionando em parte seu comportamento, sempre se verificou a insistência de homens brancos, ou como tal aceitos pela sociedade, às vezes investidos de cargos da lei, como guardas, soldados e oficiais, que procuravam ingressar em clubes compostos por famílias negras, nos quais, quando lhes era permitido a entrada, terminavam desencadeando rixas, pela sua teimosia em não reconhecer os padrões de comportamento culturais daqueles clubes e pela insistência com que procuravam forçar sua presença junto a mulheres acompanhadas, com comportamentos que soavam como arrogantes e desafiadores frente aos demais homens presentes. Suas atitudes, numa sociedade armada e militarizada como a gaúcha¹¹, terminavam ferindo os brios dos homens

¹⁰ Entrevista realizada com José Facundo Mira, no dia 10 de julho de 1996. Acervo do NDH/UFPel.

¹¹ A cultura gaúcha sempre foi militarizada por força de sua localização na fronteira do país com a Argentina e o Uruguai, países com os quais travou guerras durante o século XIX, bem como pela eclosão de uma guerra civil interna, a revolução de 1893, no início da República. Desta forma, havia o costume de portar armas e não perdoar desaforos.

negros, redundando em brigas, tiroteios e demais confusões, que sempre ganhavam notícias em jornais. Com o tempo, as associações de maior prestígio começaram a controlar, de forma rigorosa, a entrada em suas festas e divertimentos, os quais, em alguns casos, se restringiam apenas aos sócios, não havendo mais a prática de compra de convites. Com isso, conseguiram diminuir os eventos como os relatados acima, embora continuassem frequentes os incidentes durante os desfiles de rua, mais difíceis de refrear.

Vinculados aos clubes principais, houve também o desenvolvimento de blocos de foliões, que animavam as festas. A maioria durava poucos anos e se restringia a festas de salão, como: *G. Filhas do depois da Chuva, Filhas do Certo, Bloco Filhos da Folia, Bloco das Levadinhas, Mocidade Pelotense, Bloco das Malandras, Bloco As Melindrosas do Certo, Bloco das Torcedoras Chovianas, Bloco das Primaveras, Bloco dos Teimosos* - este último dentro do Fica Aí. Eles funcionavam dentro dos grandes clubes, agregando sócios e costumavam também organizar promoções, especialmente bailes próprios. Em sua fundação e nas atividades desses clubes, as mulheres tinham uma forte importância e também se destacavam na formação de grêmios recreativos ou carnavalescos de apoio a agremiações futebolísticas.

Por sua vez, as programações seguiam um mesmo padrão: festas em datas comemorativas, como aniversário da instituição, dia das mães, dia dos pais, além de quermesses, piqueniques e bailes mensais de confraternização e, é claro, muita atividade carnavalesca. O *Fica Aí* contava ainda com um time de futebol, sala de ginástica, grupos de danças e, durante algum tempo, abrigou a Escola Francisco Simões, escola municipal de primeiro grau.

A partir daqui, se pretende confrontar algumas ideias disseminadas na própria cidade de Pelotas sobre os clubes, verificando um pouco da mítica sobre suas origens e componentes, que se disseminaram ao longo dos anos. Escolheu-se, para tanto, apenas quatro cordões carnavalescos que existiram em meados do século XX, privilegiando aqueles sobre os quais houve maior número de depoimentos orais, complementadas com as fontes jornalísticas já citadas. São estes clubes o “*Fica Aí para ir dizendo*”, “*Chove não molha*”, “*Depois da Chuva*” e “*Quem ri de nós tem paixão*”. Destes cordões, o *Quem Ri de nós tem paixão* foi tratado apenas através de fontes escritas, devido à sua brevidade e antiguidade, pois não se conseguiu nenhum entrevistado que houvesse tomado parte em sua organização. Mesmo assim, era um clube importante em termos da simpatia popular. A maioria dos entrevistados participou do *Fica Aí para ir dizendo*, ou do *Chove não molha*, os dois únicos clubes que ainda existem na cidade.

Segundo alguns entrevistados, essas associações representavam segmentos dentro do grupo negro. Essas versões não são unânimes, representando o que se poderia chamar de memórias em disputa.¹² Para a maioria, no entanto, enquanto o *Fica Aí para ir dizendo* seria da elite negra, o

¹² Michel Pollak, “Memória, Esquecimento, Silêncio,” *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro) Vol. 2, Nr. 3 (1989): 3-15.

Chove Não Molha era mais representativo da classe média e o *Quem Ri de nós tem paixão* e *Depois da Chuva* seriam clubes populares.

O *Depois da Chuva* era o clube mais antigo (fundado em fevereiro de 1917) e pejorativamente tratado por alguns entrevistados¹³ como o clube dos “cisqueiros”, ou seja, pessoas de poucos recursos financeiros e moradoras de áreas menos nobres. Segundo o depoimento de dona Sirlei Amaro, o “Chuva” teria nascido da união de empregadas domésticas e seus maridos, que organizaram uma associação. Ele se localizava quase ao final da rua Dr. Cassiano, a qual, antes, se localizava nos arrabaldes da cidade, hoje está no centro desta.

Já o *Chove não molha* foi fundado no dia 26 de fevereiro de 1919, na alfaiataria de Otacílio Borges Pereira, que se reuniu com outros cinco companheiros; desse encontro surgiu a ideia de organizar um grupo, inicialmente apenas para festejar o carnaval de 1919, todavia, seu sucesso foi tão grande que resolveram criar o *Grupo Carnavalesco Chove não Molha*¹⁴. O clube era constituído por uma parcela, do mesmo modo, muito pobre dentro da etnia, porém, que ocupava uma posição intermediária, talvez devido a ter profissões regulares, particularmente vinculadas ao setor de serviços, como os próprios alfaiates, empregadas domésticas, cozinheiros, costureiras e assim por diante.

O Clube *Fica Aí para ir dizendo* foi fundado em 27 de janeiro de 1921, como um cordão carnavalesco. As origens desse clube são contraditórias, pois a versão mais difundida pretende que nasceu na informalidade e até seu próprio nome refletiria esta situação, pois que, segundo a tradição oral, logo após a deliberação pela formação do bloco, dois integrantes saíram para espalhar a novidade e um permaneceu no local, para avisar os demais. Entretanto, outra versão aponta que se formou a partir de uma dissidência do clube *Chove não molha*. As versões são difíceis de serem analisadas em profundidade, devido à falta de documentos e de testemunhas vivas, mas poderia estar na raiz das diferenciações que posteriormente vão ser identificadas no comportamento dos dois clubes, com um *Fica Aí para ir dizendo* mais austero e rigoroso em suas regras e práticas e um *Chove não molha* mais moderado e menos rígido com seus sócios.

De toda a forma, o Cordão Carnavalesco *Fica Aí para ir Dizendo* logo passou a ser uma referência para a etnia negra de Pelotas, tendo participado do carnaval daquele ano e de todos os seguintes. Posteriormente, trocou seu nome para *Clube Cultural Fica Aí*, entretanto, em boa parte de sua existência, dedicou-se apenas à promoção de festas para associados, além de manter alguns jogos de salão em sua sede. Em inícios dos anos de 1940, houve um

¹³ Na entrevista de seu Farina ele declara que os primeiros integrantes do clube moravam no fundo do cisco da Prefeitura, ou seja, em local no qual anteriormente havia um depósito de lixo. Dona Otilia Silveira Oliveira confirma esta versão.

¹⁴ Ata de fundação do *Clube Cultural Chove não Molha*. Acervo do Clube. No documento é dito que no ano de 1966, houve seu reconhecimento como de utilidade pública, passando a denominar-se Clube Cultural Chove Não Molha.

clube de futebol, com o mesmo nome, mas com autonomia completa de gestão e de administração, apenas formado por sócios do *Fica Aí*. Nas décadas de 1950 e 1960 consolidou-se como um clube de salão, com poucos desfiles e passou a mobilizar e empolgar a comunidade afro da região, através de promoções artísticas pelas quais conseguiu trazer à cidade artistas afro-descendentes, brasileiros importantes, do centro do país, contribuindo para elevar a autoestima da comunidade negra pelotense.

O *Quem ri de nós tem paixão* nasceu em junho de 1921 e todos os registros conseguidos dele, por meio de jornais mostram uma associação composta de jovens operários, com pouco dinheiro e muita vontade de se divertir, pelo que, na década de 1930, seus desfiles tinham excelente fama, apesar de não terem as fantasias ou a bateria mais pomposa. Segundo a tradição oral na cidade – corroborada em parte, por várias entrevistas - os clubes negros pelotenses aglutinavam setores diferenciados da etnia. Assim, no *Quem Ri de nós tem paixão* estariam os mais pobres, bem como no *Depois da Chuva*. O *Chove não molha* ocuparia uma posição intermediária neste ranking e, por fim, o *Fica Aí* reuniria, como já foi dito, o que se poderia chamar de elite da etnia, famílias com uma situação social mais estabelecida, que poderiam arcar com as despesas necessárias para frequentar o clube atendendo suas exigências associativas.

A leitura do livro de atas do *Fica Aí*, referente ao período de 1938-1943¹⁵, entretanto, leva à constatação de que muitas moças que frequentavam a entidade estavam empregadas como domésticas em casas de família, comprometendo, portanto, a visão de um clube de elite baseado no *status* social. Também aparecem nas atas vários casos de sócios homens desempregados ou com situação financeira comprometida, sem que isso seja considerado critério para exclusão social, desde que conseguissem pagar suas mensalidades. Portanto, fica difícil tentar estabelecer um padrão associativo unicamente em termos de recursos financeiros das famílias associadas.

Aqui há, claramente, uma situação em que os depoimentos orais não corroboram os documentos escritos. Essa situação pode ser pensada através de Paul Ricoeur, quando diz que: “Uma vez que entendemos por tradições as coisas ditas no passado e transmitidas até nós por uma cadeia de interpretações, é preciso acrescentar uma dialética material dos conteúdos à dialética formal da distância temporal; o passado nos interroga e questiona antes que o interroguemos e o questionemos”.¹⁶ Por um lado, existe a forte possibilidade dos critérios de associatividade terem variado de 1938 (ano inicial das atas), até a década de 1960/1970, recuo possível das entrevistas orais, impondo-se novas regras que excluiriam a presença de empregadas domésticas e outras profissões de baixo *status* social. Ou seja, pode-se estar trabalhando, nos documentos escritos, com um padrão de associação mais

¹⁵ Livro de Atas de Diretoria e de Assembléia do *Clube Fica Aí*, referente aos anos de 1938-1943. Arquivo do Clube.

¹⁶ Paul Ricoeur, *Tempo e narrativa*. Tomo III (Campinas: Papirus, 1997), 381.

antigo, que permitia a entrada de determinadas categorias de trabalhadores que, depois, foi enrijecido, o que explicaria as contradições entre as fontes. Quanto às entrevistas, tendo por depoentes pessoas com trajetória de vida a partir dos anos de 1960, talvez tenham enfatizado apenas essa realidade intermediária, de maior discriminação social, pois, posteriormente, o clube revogou essas restrições de acesso. Por outro lado, deve considerar-se que, no caso dos afro-descendentes, especificamente, o que deve ser entendido com o termo *elite* não se funda em dados financeiros, mas especialmente em termos de influência e status dentro da comunidade. Um exemplo, entre este grupo, era a família de Armando Vargas, dono do jornal *A Alvorada*, que era gráfico de jornal e escritor, embora a sua esposa fosse lavadeira¹⁷.

Provavelmente, o que terminou se inculcando no imaginário social era o fato de o *Fica Aí*, sempre colocando expectativas mais altas a seus sócios, conseguir deles maiores doses de sacrifício, na tentativa de manter padrões de comportamento e vestimenta, muitas vezes superiores às suas posses. Foi comum nos depoimentos orais encontrar a descrição de fantasias feitas a mão, em casa; de esforços muito grandes para corresponder às expectativas do clube por parte das famílias membros, embora isso não se coadunasse com suas possibilidades financeiras. Também nas atas se encontram exigências como vestidos longos para as mulheres e até a utilização de fraques para os homens, ou ainda de bailes temáticos em que todos os pares deveriam estar fantasiados com roupas de moda do século XIX e que foram muito comentados na comunidade negra e de vizinhança ao clube, embora apenas 50 casais estivessem presentes com as respectivas fantasias. Tem-se ainda o que discutir, todavia, sobre este papel de elite do *Fica Aí*, em páginas seguintes, pelo que se volta aqui ao imaginário sobre os clubes.

Outra tradição estabelecida na cidade faz coincidir cada clube a um determinado padrão racial, segundo o qual no *Chove não molha* estariam os negros, enquanto no *Fica Aí* se congregariam os mulatos¹⁸. Embora haja depoimentos que tocam nessa questão, essa não é fácil de ser comprovada por outras fontes, pois não só os estatutos do clube nada falam sobre isso, como seus livros de atas não comprovam esta situação. Ao contrário, a restrição que parece haver é com relação a candidatos a sócios muito brancos, só sendo aceitos aqueles que fossem considerados “da raça”. Da mesma forma, nas fotos existentes, de bailes como os da coroação de rainhas e outras festividades, sucedem-se pessoas negras e pardas, bem como nas fichas de seus sócios¹⁹. Uma hipótese possível é que as pessoas que formavam essa elite

¹⁷ Ver, a esse respeito, o livro de Maria Helena da Silveira (2002), neta do casal em questão, dedicado a sua avó, lavadeira.

¹⁸ Sendo esta uma visão de entrevistados mais novos, não faz referência aos outros clubes, provavelmente já extintos nessa época.

¹⁹ Esse dado pode ser constatado quando da organização e classificação, pela equipe do NDH, do arquivo privado deste clube. Embora sem uma análise mais meticulosa das fichas, as fotos deixavam clara a existência de indivíduos de pele bem escura como sócios.

negra estavam envolvidas em um processo de “branqueamento da raça”²⁰ também em termos físicos, processo, aliás, em curso no país em meados do século XX e isso se refletia dentro do clube, mesmo que apenas em termos das conversas dos seus sócios, com o que podem ter passado a imagem de que o *Fica Aí* tivesse esta orientação. De toda forma, o *Fica Aí* teve como seu primeiro presidente um homem branco, o qual era considerado da comunidade porque havia se casado com uma mulher negra.

Ainda uma última versão, apresentada apenas por um antigo sócio, dá conta que o *Fica Aí* seria o clube dos negros citadinos e mais claros, enquanto os membros mais escuros e provenientes do campo encaminhar-se-iam, preferencialmente, para outros clubes. Isso esbarra, porém, na prática comum de aceitar, como sócias, moças em idade de casar, que não tivessem família na cidade (e estivessem trabalhando como empregadas domésticas, babás ou cozinheiras em casas de família) desejando se associar. Elas deveriam ser tuteladas por uma família sócia, mas seriam aceitas desde que tivessem conduta moral inatacável. Há também a discussão nas atas, quando da mudança do estatuto, de como proceder no caso de moças negras morando com famílias brancas, seja em relação de trabalho explícita, seja no caso de filhas de criação. O clube não aceitava a filiação de famílias brancas; então era utilizado o expediente da tutela, pela qual uma família sócia se responsabilizava pelo comportamento da jovem filiada, em alguns momentos, inclusive, por escrito, para não haver dúvidas do compromisso moral de proteção e tutelamento.

O conjunto da documentação coletada, tanto escrita como oral, não ratifica nenhuma dessas visões sobre os clubes. Entretanto, permanece claramente caracterizado que o *Fica Aí* se destacava dos demais, pelo padrão que tentava imprimir a suas atividades e pelo controle sobre seus sócios. Em relação às pessoas que não foram sócias deste clube, mesmo em décadas mais recentes, seus depoimentos trazem indícios de um ressentimento, mais ou menos velado, sobre seus padrões associativos e a exclusão que isso acarretava em relação aos demais. Dona Sirlei e seu Farina, em depoimentos já citados, afirmam que não era incomum que membros do *Fica Aí* não cumprimentassem conhecidos de outros clubes, em encontros casuais.

Fica Aí e Chove não molha: padrões de exigência e controle dos sócios

Os dois clubes principais, *Chove Não Molha* e *Fica Aí*, formados por famílias importantes da comunidade negra urbana, desempenhavam um papel de socialização das novas gerações, transmissões de valores culturais e artísticos, espaço étnico exclusivo e também como agência de namoros e casamentos dentro das regras aceitas. Qualquer um dos dois clubes, mesmo o considerado

²⁰ A respeito do impacto dessa ideologia entre os próprios negros, ver Petrônio Domingues, *Uma história não contada. Negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição* (São Paulo: Ed. Senac, 2004) que analisa o caso paulista.

mais moderado, *Chove Não Molha*, tinha padrões de associatividade, regras de comportamento interno em seus salões e código de punições para sócios – e especialmente sócias- que iam além do que acontecia em sua sede, reverberando diretamente junto à intimidade familiar. Por consequência, têm-se o caso de sócias expulsas do *Chove Não Molha* por frequentar bailes de associações consideradas não próprias para moças de família, ou por gravidez fora do casamento. Também o mau comportamento masculino, fosse em bailes, fosse pela ingestão de bebida alcoólica em excesso eram motivos para sanções e censura das diretorias. Em alguns anos, o *Fica Aí* chegou a proibir a venda de bebidas alcoólicas em seus salões.

Uma das principais funções cumpridas por estas agremiações era de serem espaços estratégicos para o encontro de jovens e suas definições matrimoniais, pois muitos pais de família só filiavam-se enquanto tinham filhos ou filhas em idade núbil, se desfiliando posteriormente. Dentro desta vertente, é mais facilmente entendível a situação das sócias jovens, que trabalhavam como empregadas domésticas e que, morando no emprego, podiam dar-se ao luxo da associação, pois terminavam despendendo boa parte dos seus proventos com vestimentas e bailes em busca de um possível parceiro para toda a vida. Por outro lado, o rigoroso controle associativo implicava também na segurança de um espaço seguro e consagrado socialmente para os jogos matrimoniais e a busca de amizades e, até mesmo, parcerias ou rituais de apadrinhamento dentro da comunidade negra.

Assim, tanto o *Fica Aí* como os demais clubes, tinham um papel muito importante na agregação da comunidade negra na cidade, na socialização das crianças e jovens dentro dos elementos culturais e sociais significativos para eles e no estabelecimento de estratégias matrimoniais. Com isso, terminavam correspondendo às necessidades internas de reprodução da comunidade negra, papel que desempenhavam não apenas em Pelotas, mas também com relação a outras cidades, pois era comum, especialmente ao final da década de 1940 e em toda a década seguinte, a ida às cidades próximas, como Rio Grande e até a capital, Porto Alegre, em excursões para a participação em bailes ou ainda em competições esportivas.

Os clubes também poderiam, o que se tornou cada vez mais comum ao longo da segunda metade do século XX, auxiliar na busca de empregos e na maior qualificação profissional para seus sócios, com o oferecimento de vários cursos profissionalizantes, como corte e costura, conserto de eletrodomésticos e assim por diante. Desta forma, poderiam auxiliar também na qualificação de seus membros para o mercado de trabalho, tendo-se em vista que muitos sócios, especialmente os mais jovens, vinham da periferia em busca de colocações urbanas.

Embora sempre houvesse a coroação da rainha, duquesinha ou príncipe de cada clube ou cordão, títulos que terminavam sendo sempre ocupados pelos jovens cujos pais fossem importantes na diretoria das associações, ou cuja família tivesse dinheiro suficiente para bancar seus custos a partir da década de 1950 se generalizaram, pelo país, os verdadeiros concursos de beleza, como

a da “miss” negra ou mulata e “a mais bela negra”. Este tipo de concurso, ao propor um novo padrão de beleza alternativo àquele da raça branca, terminava tendo um papel muito positivo em relação à autoestima da comunidade afro-descendente.

Nos concursos de beleza, o que estava em jogo era a afirmação de um novo padrão de beleza estética. O que se tentava provar era que a “raça” negra também podia ser bela e que os critérios de beleza fundados apenas no modelo estético branco não eram os únicos a serem contemplados. Para um grupo étnico tão desprestigiado na sociedade brasileira, essa foi uma inovação fundamental e que repercutiu em seu comportamento posterior e na estratégia de autoafirmação étnica. Os clubes de Pelotas, como de outras partes do país, participaram também desse processo.

Contudo, outra função, como a formação de um verdadeiro modelo de comportamento para os jovens afro-descendentes em vias de integração na sociedade brasileira foram cumpridos apenas por um clube dentre eles: *O Fica Aí*.

Na verdade, o *Fica Aí* desenvolveu um padrão associativo exigente, mas que combinava códigos morais de submissão a padrões de comportamento de classe média e um rígido controle em relação ao sexo feminino, com um estilo de festividades e exigências que só poderia ser bancado pela fração do grupo afro-descendente que realmente tivesse maiores posses, ou que privilegiasse a participação no clube sobre necessidades cotidianas.

Como foi visto, este clube era considerado como da elite negra na cidade e, especialmente nas décadas de 1940 a 1970, perseguia objetivos de integração na sociedade, buscando imprimir um rigoroso código de conduta a seus sócios, sendo influenciado pela religião católica e pelos padrões morais de seu tempo. Neste sentido, sua influência ia muito além do estreito espaço de sua sede, inserindo-se na vida privada dos associados, ditando regras e comportamentos a serem seguidos nas mais variadas circunstâncias, aprovando e desaprovando amizades e companhias, especialmente em relação às mulheres sócias. Procedendo desse modo e mantendo uma severa vigilância sobre as mulheres do grupo, o clube procurava disciplinar suas mentes e seus corpos,²¹ influenciando diretamente em seu comportamento e, obviamente, padronizando também a formação das famílias negras e sua adequação às normas vigentes na sociedade.

Sua matriz de comportamento e inspiração era aquela vigente na sociedade brasileira em geral, de cunho burguês, que seguia padrões de moralidade muito diferenciados conforme o gênero, naqueles anos. Suas exigências associativas muito rígidas, com detalhes até sobre o tipo de roupa que poderiam ser usados em cada momento, além de várias normas de comportamento nas dependências do clube, aliados à vigilância sobre quem poderia frequentá-lo, terminavam despertando muito ressentimento e mágoa

²¹ Michel Foucault, *Vigiar e punir* (Petrópolis, Vozes, 1987).

entre aqueles que não conseguiam se enquadrar ou não tinham recursos suficientes para atender as normas estabelecidas. Ao longo das entrevistas realizadas pela nossa pesquisa, tornou-se evidente esta situação, verbalizada por vários dos entrevistados, como é o caso de Dona Sirlei²² que assim se refere ao *Fica Aí*: “os frequentadores do *Fica Aí* eram aquelas pessoas que tinham mais posses, a gente até nem ia [...] Eu não me lembro como era a discriminação, a seleção, porque as pessoas tinham que se associar, então, conforme a profissão e as condições, não eram nem aceitos, então aquela pessoa já sabia que não tinham [sic] condições, não ia mesmo”.

No final dos anos 1940 e no início da década seguinte, este clube esperava também ser a única associação a ser frequentada pelas famílias filiadas, mesmo mantendo relações cordiais com outras entidades negras. A fidelidade esperada dizia respeito não só a evitar a concorrência associativa com as demais, mas incidia numa visão de que eles seriam o único grupo a exigir um comportamento adequado e, portanto, os sócios que iam também a outras associações estariam correndo riscos e maculando o bom nome do clube. Assim, a exigência da exclusividade funcionaria como uma espécie de sacrifício a confirmar as boas intenções em manter um padrão superior aos demais, pelas famílias associadas.

Os sócios e sócias imersos neste meio e alguns participando de suas festas desde crianças, nem percebiam a modelagem racial e social a que eram submetidos, ou seus efeitos sobre os excluídos pelo clube. Especialmente nas narrativas de sócias, fica clara a devoção que algumas famílias nutriam pelo clube. Celestina e Nair da Silva Pinto, irmãs, declaram ter participado do *Fica Aí* desde a mais tenra idade com os pais; quando moças, de forma independente, até que com cerca de 40 anos começaram a participar das diretorias.

Embora suas exigências pareçam exageradas aos olhos de hoje, é bom lembrar que pesava sobre o conjunto da comunidade negra, além do preconceito racial, a desqualificação de seus membros, o que fazia muitos indivíduos brancos visualizarem as mulheres desse grupo como meros objetos sexuais. Sob tal perspectiva, disciplinar os corpos dos jovens para que assumissem comportamentos adequados, segregar as mulheres do contato com os homens brancos, resguardando suas esposas e filhas, fazia parte importante das políticas associativas do *Fica Aí*, o que terminou, obviamente excluindo outros elementos da comunidade negra, que não podiam ou não queriam ser enquadrados naquelas regras e provocando um certo mal estar e ressentimento naqueles anos, hoje já superado.

Nota-se também, em parte comungando com o que era implementado por toda a sociedade brasileira, um duplo padrão de comportamento segundo o gênero, prática que fazia com que os homens fossem muito menos atingidos pela vigilância das diretorias e pela censura associativa sobre suas atividades,

²² Entrevista de Sirlei da Silva Amaro, em 22 de agosto de 2003. Acervo do NDH/UFPel.

do que as mulheres. Este comportamento foi mantido por todos os clubes aqui estudados, e sua repercussão sobre o comportamento das mulheres veio à luz em saborosa entrevista com várias sócias do *Chove Não Molha*, nas quais elas expuseram os critérios aos quais deviam se adaptar e à rígida vigilância que pesava sobre seus passos de moças solteiras e em idade de casar e transparecia até em comentários de fofocas do jornal A Alvorada, através da coluna *Pescadinha*, especialmente na parte denominada “Gosto, mas não gosto”, que abordava o fato de que as moças negras andavam pela rua em atitudes que não eram adequadas a elas, como de mãos dadas com estranhos ou ainda com roupas curtas demais.

O *Chove Não Molha* também era um clube rígido quanto a princípios de comportamento em seus salões ou no cotidiano dos sócios, mas normalmente as ações dos diretores eram mais flexíveis em relação ao comportamento permitido e às exigências em termos de vestimentas dos sócios. Quanto ao *Depois da Chuva* e o *Quem Ri de nós tem paixão*, eram integrados por operários, domésticas, trabalhadores, enfim, por pessoas que possuíam menos recursos e também menos aspirações a controlar a vida de seus frequentadores ou de impor padrões de comportamento.

Outro aspecto a ser realçado na atividade social destes clubes é sua intensa programação social, ou seja, sendo uma associação familiar procuravam ter atrações para todos os membros das famílias e também captar as simpatias dos jovens desde a mais tenra idade. Dona Gicelda Marques²³, cujo pai foi presidente do *Fica Aí* por três gestões, assim se refere à sua infância no clube:

Nós nos criamos, eu e meus irmãos, dentro do Clube Cultural Fica Ai. Eu fui Duquesinha, a minha irmã que mora no Rio foi *glamour*, meu irmão foi duque, minha filha foi rainha, então vem desde muitos e muitos anos. Meu pai e minha mãe freqüentavam o *Fica Ai* desde a sede aqui na Félix da Cunha.

Da mesma forma, Dona Nair Pinto e dona Celestina Pinto²⁴, levadas pelos tios, tiveram muita participação no *Fica Aí*, quando eram crianças:

Até certo horário a gente podia participar daquele baile que era o baile infantil, aí depois então tinha o horário dos adultos. Naquela época, o baile infantil era mais cedo, terminava umas sete horas, agora não.

Veja-se que havia um interesse na interação infantil desde a infância, o que depois repercutia na consideração dos adultos, de que o clube era uma extensão do seu lar, de sua rede de conhecidos, ao qual eles procuravam

²³ Entrevista realizada com dona Gicelda Marques, no dia 13 de abril de 2004. Acervo do NDH/UFPel.

²⁴ Entrevista realizada com dona Nair e Celestina Pinto, no dia 19 de setembro de 2003. Acervo do NDH/UFPel.

realçar com seu trabalho posterior, seja no desfile nas ruas, seja promovendo ou participando de bailes e festivais. Participar de um clube carnavalesco, nesta perspectiva, era uma tarefa anual.

Havia as quermesses, festas juninas e várias outras atividades, inclusive durante os anos finais da década de 1940 e início da seguinte. Houve torneios de ping-pong, entre clubes de Pelotas e de Rio Grande, voltados para as crianças e jovens. Com relação aos clubes de futebol, percebeu-se que alguns deles eram mais próximos dos clubes, talvez por terem muitos participantes em comum, acontecendo então de serem feitas atividades que contemplassem os sócios de ambos, dividindo-se custos e eventuais lucros. Dessa forma, a ideia era proporcionar diversão sadia e segura pela comunidade para suas crianças e adolescentes e de forma exclusiva. Quanto aos jovens, notou-se uma tendência das famílias em se filiarem aos clubes quando suas filhas chegavam à idade de casar, pois então as associações recreativas cumpriam o papel de local privilegiado e controlado para encontros, namoros e eventuais casamentos. O controle era grande e incluía também a questão da proibição de bebidas em alguns clubes e da exigência de comportamento adequado tanto nas festas normais quanto na época do carnaval.

O papel feminino nos clubes

Neste ponto, deve-se falar um pouco mais sobre a situação da mulher nestes clubes. Ao mesmo tempo em que a mulher tem um valor ainda maior dentro da comunidade negra, porque em várias situações é sobre ela que recai o trabalho fundamental de manutenção da família, como já foi assinalado e também apesar de ser o trabalho feminino um dos principais pilares de sustentação destes clubes, tem-se alguns exemplos, especialmente para as décadas de 1940 e inícios de 1950, de muito controle sobre a participação feminina.

Através da pesquisa em fontes escritas, percebeu-se que as associações negras tinham que lutar com um problema crônico na sociedade: a falta de respeito de alguns setores, em relação a elas. Era comum, especialmente no final da década de 1920 e no início dos anos 30, o aparecimento de notícias sobre tumultos provocados por brancos ou não sócios, em bailes negros, o que sempre levava à briga e pancadaria.

Dessa forma, o enrijecimento de códigos de conduta, a proibição da entrada de não sócios, e a vigilância sobre as mulheres do grupo, para evitar seu “desfrute” por outros grupos, também deve ser entendida como uma forma de defesa de um grupo ameaçado por práticas abusivas de outros setores e etnias.

A discussão da questão das diferenças comportamentais e de exigências sociais baseadas na questão de gênero entre esses grupos negros deve ser entendida em todas as suas nuances. Nas sociedades constituídas, sempre houve diferenciação entre o comportamento esperado do homem e da mulher, portanto, seria absurdo imaginar que neste grupo, localizado numa

cidade interiorana muito marcada pelo catolicismo, isso não fosse ocorrer. Afinal, entre a classe operária ou mesmo entre alguns setores de classe média, também se notava a vigilância explícita sobre o comportamento das mulheres de cada grupo e o mesmo fenômeno da dupla moralidade, ou seja, a existência de padrões de comportamento conforme o gênero. Por outro lado, o estudo das questões de gênero, pode auxiliar a compreender a profundidade das relações de poder que se estabelecem entre homens e mulheres; todavia, não abrange o conjunto das relações envolvidas nessa análise em particular, em que se misturam gênero, raça e classes sociais, de forma inextricável.

No caso em questão, se observam variações distintas entre os próprios clubes, todos situados entre a etnia negra e com pequenas diferenciações reais em termos de classe social, mas com uma alteração comportamental bem mais acentuada em relação à posição da mulher em seu meio. Dos dois clubes que se têm maiores informações, viu-se que a posição do *Fica Aí* praticamente definia-se por uma política associativa própria de clubes da elite pelotense, ou seja, de grupos de classe média. Pode-se argumentar que, pela composição social do próprio clube (funcionários públicos de baixa extração, operários especializados) ele não fazia parte das classes médias, mas sem dúvida, entre a comunidade urbana negra, se posicionava como de classe média. Já o *Chove não Molha*, cuja extração social era praticamente a mesma, tinha uma política bem mais aberta em relação à participação feminina, pois nele as mulheres conquistam o direito de votar e serem votadas já em 1938.

E qual era a percepção das próprias mulheres envolvidas nestes dois clubes? Através das entrevistas pode-se observar que aquelas senhoras que participaram do *Chove Não Molha*, mesmo que em épocas posteriores, trazem relatos de uma maior participação, ainda que havendo diretorias eminentemente masculinas. Já no *Fica Ai*, as narrativas demonstram certo abrandamento dos códigos de comportamento internos para as últimas décadas, com maior participação feminina ativa nas diretorias. Entretanto, a maioria das entrevistadas, quando desse último clube, não parece ter questionado a posição subalterna das mulheres nele, limitando-se a reafirmar seus estritos códigos de conduta.

As relações geradas a partir dos gêneros vinculam-se mais fortemente às construções culturais, tendo por isso uma permanência maior. Bourdieu trabalha com o conceito de violência simbólica, entendida como as formas e meios pelos quais as relações de dominação se inscrevem nos *habitus* e nos corpos dos dominados, de tal modo que este incorpora os conceitos mentais, as categorias construídas do ponto de vista dos dominantes e até os próprios valores destes, naturalizando assim esta situação.²⁵

Isto posto, as mulheres não conseguem desenvolver uma capacidade de resistência a estes mecanismos, que lhes aparecem como dados e eternos e, mesmo que tomem consciência deles, dificilmente conseguirão rejeitá-los, já

²⁵ Pierre A. Bourdieu, "Dominação Masculina," *Educação e realidade* vol. 20, no. 2 (1995): 133-184.

que estão inscritos, tanto em seu corpo, quanto em sua forma de sentir, pensar e agir. Mais importante do que isso, terminam aceitando e também impondo estes mesmos padrões e sequer conseguindo notar estas regras restritivas em funcionamento. Desta forma, dona Otília Silveira Oliveira foi presidente do setor feminino do clube *Depois da Chuva* durante as gestões de seu cunhado, em finais da década de 1960. Em seu depoimento, depois de informar que isso aconteceu porque sua irmã, esposa do mesmo, não gostava de atividades sociais, ela começa a discorrer sobre o que fez e deixou de fazer em sua “gestão” frente à diretoria feminina, vista por ela como muito livre e propositiva. Chega a assegurar que ela e outras mulheres faziam o que bem queriam e apenas enviavam aos homens as decisões prontas, para que estes as executassem, sem contestações. Embora se trate de uma pessoa excepcional, pela sua capacidade organizativa e de liderança reconhecida, não resta dúvida que o depoimento de dona Otília Oliveira traduz muito mais sua própria versão, já intermediada pelas brumas do que quer recordar e do que resolveu esquecer, entre eles o fato de que, oficialmente, a diretoria feminina não tinha nenhum poder de decisão efetiva sobre o clube. Mesmo lidando com mulheres bem menos propositivas e autoritárias, como as senhoras do *Chove Não Molha*, também nos deparamos com um pensamento do mesmo tipo a respeito da diretoria masculina, pois estas sócias igualmente revelaram que conseguiam facilmente fazer tudo o que queriam, apenas recomendando depois suas deliberações à diretoria masculina.

Em parte, devemos considerar que elas têm razão em relação à pretensa docilidade da diretoria masculina com suas propostas, apesar de que não se deve esquecer que isso também tem a ver com o fato de que elas assumiam o ônus de fazer pessoalmente todas as suas propostas e que estas, normalmente, estavam rigorosamente dentro dos moldes do que o próprio clube tinha por objetivo, ou seja, não havia, por parte delas, nenhuma contestação aos princípios e regras internos vigentes, pois se houvesse, seguramente o resultado mais provável seria que fossem afastadas da diretoria. Dona Otília assim diz em um trecho de sua entrevista: “Ah, sim. Eu, no meu caso, sempre fui exigente, eu era uma presidenta que até para a cozinha eu ia, para preparar a ceia de Natal e as decorações todas saíam da minha casa, depois queriam comprar, eu levava as minhas coisas bonitas que eu tinha em casa e não ia vender. Não mesmo! E sempre fui elogiada por isso”.

O espaço que elas poderiam ocupar, permitido dentro de cada clube, era compatível com a função delas no interior do lar, devendo atuar como auxiliares da diretoria masculina na organização dos eventos, no atendimento aos sócios e também na fiscalização do comportamento dos jovens nos bailes, de que as atas nos dão abundantes exemplos. Além disso, pelo mecanismo da tutela, se responsabilizavam pelo comportamento de sócias solteiras cujas famílias não moravam na cidade. Mesmo o fato de que, em alguns momentos, poderiam acompanhar as reuniões do Conselho Diretivo da sociedade, se e quando estas fossem abertas a todos os sócios, não invalida o exposto acima, pois sua atuação sempre foi pautada pelo estrito obediência às normas. O

espaço feminino seria o espaço interno, do cotidiano, do gerenciamento e cuidado com os sócios e a própria entidade, restrito aos limites internos do próprio clube. Se o poder masculino se expressa no público, muitas vezes relacionando-se com a própria figura do Estado, o poder feminino costuma encontrar espaço no privado, de forma difusa e periférica.

Portanto, pode-se dizer que o modelo comportamental que o *Fica Aí* tentava inculcar (e, em parte, também o *Chove Não Molha*) representava, por um lado, a exacerbação de um comportamento de vigilância em relação a seus membros, compatível com uma posição de minoria dominada na sociedade; por outro, uma tentativa de educar seus sócios com relação a valores situados acima de sua classe na escala social, mas que se pretendia fossem os daquela comunidade e, por último, uma reificação dos padrões de dominação masculina aceitos para aquela sociedade, naquele momento histórico.

A ideologia do branqueamento e seus efeitos dentro da comunidade negra

Nos anos de 1930, a ideologia da “democracia racial” brasileira difundiu-se de tal forma que estava presente no próprio comportamento dos afro-descendentes do período. Baseava-se na ideia de que não haveria preconceito racial no país, ou que, em alguns casos em que se tornava quase impossível negar sua existência, seria resultado de pessoas ou situações ainda não conformadas aos moldes modernos da sociedade brasileira, em que a cor não era impeditivo para a situação social do indivíduo, desde que este tivesse talento e se esforçasse. Disseminada amplamente na sociedade, inclusive com o apoio de alguns intelectuais expressivos, como Gilberto Freire, esta ideologia foi acusada de mascarar a discriminação e iludir os próprios afro-descendentes em relação ao preconceito racial existente.

Para Guimarães, esta ideologia se configurava como:

[...] um sistema de orientação de ação (práticas, expectativas, sentidos e valores arraigados no senso comum) que informaria a conduta real do dia a dia e do comportamento político. Dessa perspectiva, os negros e mulatos agiriam, no Brasil, de tal maneira que sua cor não seria um fator relevante da organização de sua conduta ou do nosso entendimento desta. Não que estas pessoas fossem “alienadas” ou não percebessem qualquer discriminação social, mas esta, quando existente, não seria atribuída à raça e, caso fosse seria vista como episódica e marginal.²⁶

Por conseguinte, os negros poderiam comportar-se e tentar seguir uma trajetória social esperada “sem que sua cor fosse responsabilizada por esta trajetória”. Para Guimarães, hoje em dia, apesar de haver a denúncia do “mito

²⁶ Guimarães, *Classes*, 85.

da democracia racial”, que é conscientemente rejeitado por parte dos afro-descendentes, existem alguns deste grupo que, “mesmo conhecendo que sua cor faz parte do jogo permanente das representações sociais, definindo oportunidades desiguais, faz[em], ainda assim, uma trajetória de ascensão social, sem a necessidade de mobilizar politicamente a cor”²⁷ na sociedade brasileira.

Mas até os anos 1930, a ideologia da democracia racial também era vista por muitos negros como uma forma de defesa contra a discriminação efetiva, sendo acionada em episódios de discriminação real pelos próprios negros. Assim, vista como uma espécie de ideal a ser perseguido, antes de sua denúncia, houve a fase em que ela foi usada politicamente contra aqueles que evidenciavam comportamentos racistas e em momentos de discriminação efetiva, como a mostrar que, num país em que se aspirava à igualdade entre as raças, estas atitudes estariam fora do contexto e eram contraditórias com a tendência dominante.

Outra corrente que teve ainda maior influência entre a sociedade brasileira foi a chamada ideologia do branqueamento, a qual, segundo Hofbauer, esteve presente desde os tempos coloniais, não sendo exclusiva do Brasil.²⁸ Em seus traços gerais, visava ao apagamento dos traços físicos negros dos descendentes de africanos pela sua diluição no conjunto da população brasileira. Com o grande aporte do sangue europeu do final do século XIX e início do XX, devido à imigração de trabalhadores europeus, a população brasileira tenderia a branquear-se, tornando-se, pela mestiçagem, cada vez mais clara. Desta forma, esse tipo de pensamento trazia a vantagem de legitimar a falta de políticas públicas para os afro-descendentes, ao tornar implícito que a ‘raça’ negra²⁹, então considerada inferior às demais pelas teorias do racismo científico, deixaria de existir, em poucas gerações. Segundo Domingues ela se introjetou também entre os próprios negros, que tenderam a se ver como inferiores, especialmente aqueles que buscavam dissolver-se entre o grupo branco, ou seja, aqueles que possuíam recursos financeiros que os colocavam dentro dos padrões da classe média. Segundo este autor, foram os setores negros de classe média que mais compactuaram com isso, havendo a denúncia e a luta contra a discriminação racial pelos grupos negros mais vinculados aos trabalhadores manuais (ou seja, pertencentes à classe operária), ainda antes da década de 1930.³⁰

Domingues destaca o fato que as principais doenças que incidiam sobre os pobres, ou seja, a população de maioria negra e mestiça, não eram objeto de políticas específicas públicas, o que terminava reduzindo a

²⁷ Guimarães, *Classes*, 86.

²⁸ Andréas Hofbauer, *Uma história de branqueamento ou o negro em questão* (São Paulo: ED.UNESP, 2006).

²⁹ Nesse texto, o conceito de raça será aquele preconizado por Guimarães (2008), como uma definição social e não científica, pois que na biologia há tempos se sabe não existirem raças humanas, apenas grupos diferenciados pela sua cultura e outros fatores extrínsecos.

³⁰ Domingues, *Uma história não contada*.

natalidade entre eles ou aumentando sua taxa de mortalidade, ambas contribuindo para a diminuição física do grupo. É ainda o mesmo autor que denuncia os efeitos danosos sobre a cultura e o comportamento dos negros dessa ideologia que, ao defender que o negro, para inserir-se na sociedade, devia adotar modelos da classe média branca, terminou interferindo na expressão da cultura negra e na sua herança africana, que passou a ser vista como feia, no terreno estético e primitiva no terreno cultural.

Hofbauer defende que outro viés desta ideologia do branqueamento incidia mais fortemente sobre a subjetividade individual, fazendo dos elementos do próprio grupo dominado, cúmplices de sua dominação. Para ele, a ideia do branqueamento esteve presente desde os tempos coloniais, com “o ideal do branco sendo (re)semantizado constantemente”.

O ideário do branqueamento postula a supremacia do branco e, ao mesmo tempo, induz os indivíduos a se aproximarem deste ideal. Traz em si um potencial de resistência contra qualquer tentativa de essencializar os limites de cor e ou de raça, uma vez que faz com que os indivíduos tendam a apostar em negociações pessoais e contextuais das fronteiras identitárias e tendam a rejeitar processos e mecanismos formais de delimitá-las. Essa prática social tem contribuído para encobrir o teor discriminatório embutido nesse esquema ideológico e também para abafar eventuais contra-reações coletivas.³¹

Pela discussão feita até agora, entende-se que a comunidade negra pelotense, imersa como os demais grupos afro-brasileiros nessa complicada situação ideológica cultural, tendia a se mover dentro dos limites e padrões preconizados pela sociedade brasileira, em parte identificando-se com os valores da sociedade dominante, assimilando seus valores e padrões de comportamentos. Com relação ao racismo e à discriminação sofrida, um dos modos de conviver com isso, como já visto, era, paradoxalmente, negar sua própria existência. Contudo, isso frequentemente, ia além de uma atitude de defesa, e terminava negando as próprias origens históricas do grupo, em prol de um abasileiramento (entendido como imersão na cultura brasileira dominante daqueles anos).

Por outro lado, não se pode esquecer que, se eles procuravam se adaptar aos modelos vigentes da sociedade burguesa era para demonstrarem estar em pé de igualdade com os brancos de mesmo nível social. E que, se desenvolveram comportamentos mais rigorosos e austeros para seus sócios e filiados, buscavam exatamente mostrar-se tão capazes e decentes quanto os demais. Sob outro ponto de vista, também havia todo um esforço em preservar suas tradições musicais e rítmicas, um orgulho de suas associações e o reconhecimento da necessidade de sua preservação, que não se encontra em outras etnias da mesma época. Para concluir, resta lembrar que estas

³¹ Hofbauer, *Uma história*, 27-28.

associações formaram, por muito tempo, uma linha de frente da representação negra brasileira e, neste sentido, cumpriram brilhantemente seus objetivos de agregação étnica, sociabilização dos jovens e transmissão de valores e tradições, possibilitando que, posteriormente, outras organizações mais aguerridas enfrentassem a luta pela igualdade racial ainda em disputa no Brasil.